



Passos diz não saber a dimensão do problema criado pelo TC

JULIO LOBO PIMENTEL / GLOBAL IMAGES

## PCP pede audiência a Cavaco para lhe falar da “degradação política”

**REUNIÃO** Jerónimo de Sousa quer transmitir ao Presidente da República a posição do partido sobre o que diz ser um “confronto sem precedentes” e “chantagem” por parte do Governo sobre o Tribunal Constitucional

Ao fim da tarde de ontem, no Parlamento, logo depois da conferência de líderes ter terminado (*ver texto nesta página*), o PCP convocou os jornalistas para anunciar que já tinha pedido uma audiência ao Presidente da República “para expor a sua apreciação sobre a evolução e a degradação da situação política e institucional e o grave quadro económico e social do País”.

À solenidade do tema impôs-se mesmo a intervenção do secretário-geral comunista. Jerónimo de Sousa obrigará assim Cavaco Silva a vir a terreiro, depois de na mesma ocasião ter acusado o Chefe do Estado de ter ficado em “silêncio” perante a “inqualificável ingerência de Durão Barroso, de Olli Rehn e do FMI a propósito da decisão do Tribunal Constitucional” (TC), em que os juizes chumbaram três normas do Orçamento.

O secretário-geral comunista notou que o PCP usará “de todos os mecanismos à sua disposição para combater o propósito do Governo de instrumentalização da Assembleia da República no processo de confrontação e desestabilização institucional” com o TC, depois de PSD e CDS terem imposto a sua vontade para remeter aos juizes do Palácio Rattón o pedido de “aclaração” feito pelo primeiro-ministro.

Jerónimo quer ir dizer pessoalmente a Cavaco Silva a posição do partido sobre o que aponta como um “confronto sem precedentes” e “chantagem” por parte do Governo ao TC. “Não pode ser ignorado”, diz o líder do PCP, que o chumbo dos juizes do TC é “a terceira declaração de inconstitucionalidade no terceiro Orçamento do Estado apresentado por este Governo e esta maioria PSD/CDS”.

A que se juntam outros seis diplomas do Executivo e das suas bancadas, “numa clara confirmação de que o Governo insiste em governar à margem da lei e da Constituição”.

Estas inconstitucionalidades e os “ataques” ao órgão de soberania pelos governantes deviam “levar o Presidente da República a retirar a ilação necessária e que há muito se justifica”, defendeu Jerónimo. “A dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições antecipadas”, concretizou.

Até agora, Cavaco Silva tem estado em silêncio. Na sexta-feira passada, quando do anúncio do chumbo do TC, o líder do PS, António José Seguro, veio exigir que o Presidente da República convocasse o Conselho de Estado ou chamasse os partidos a Belém. De Cavaco nem um movimento. M.M.

### OPINIÃO

## Soberania ‘low cost’



VIRIATO SOROMENHO-MARQUES  
Prof. universitário

Olli Rehn, o comissário dos Assuntos Económicos da CE, falando com os jornalistas, atacou o Tribunal Constitucional português dizendo que considerava “de certa forma frustrante” ter de estar a comentar mais uma vez decisões do TC que obrigam a substituir as medidas de austeridade do Orçamento português, parcialmente chumbado pelo mais recente acórdão desse tribunal. Não me recorde de alguma vez ter escutado Olli Rehn a censurar o Tribunal Constitucional alemão, de Karlsruhe, mesmo quando este lançou um torpedo com mecanismo de disparo temporizado contra o mecanismo do BCE que tem trazido tranquilidade aos mercados de dívida pública, o famoso OMT. O corpulento Rehn é uma das figuras menores, tanto intelectual como moralmente, que estão a destruir a União Europeia dentro das instituições que a deveriam defender. Já nos habituámos a que nenhum membro do Governo português recorde à Comissão Europeia as certas palavras de Max Weber, em 1919: “Uma Nação pode perdoar o dano causado aos seus interesses, mas não o dano causado à sua honra.” Tudo indica que no léxico da soberania, alegadamente recuperada depois da saída da *troika*, a palavra “honra” não consta no equipamento. Tudo indica que, por enquanto, teremos de nos contentar com uma soberania *low cost*.

### OE2014

## Bastonário dos OTOC critica recurso a impostos

O bastonário dos Técnicos Oficiais de Contas defendeu ontem não ser preciso aumentar impostos devido ao chumbo de três normas do Orçamento do Estado, já que o Estado vai obter mais receita e conta com uma folga financeira. Com o chumbo de normas que implicam a reposição dos salários que os trabalhadores da função pública tinham em 2010, “as pessoas vão receber mais e, portanto, descontar mais [para o] IRS e mais para a Segurança Social”, explicou Domingues Azevedo. Segundo o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), o “efeito líquido das medidas que o Tribunal Constitucional decretou não são os 600 milhões de euros que dizem”, já que, desse valor, há que reduzir as prestações a mais pagas para o IRS e para a Segurança Social, o que resulta em cerca de 540 milhões de euros.